

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa nasceu do interesse em desvendar os processos que condicionaram uma intensa mudança na zona rural do município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo (Brasil) e que podiam ser vislumbrados, por exemplo, no crescente fenômeno de esvaziamento populacional. Essa era apenas uma das faces da questão agrária local, objeto desta investigação científica que, ao longo de quatro anos de trabalho, exigiu não somente a busca de todos os dados já sistematizados sobre a agropecuária local, mas também a sistematização daqueles considerados imprescindíveis para a pesquisa.

Assim, dentro de uma proposta voltada à análise do campo numa perspectiva de processo, foram organizados os dados publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes ao período de 1940 a 1996, que coincide com a cobertura censitária do Município de Presidente Prudente.

Foram também sistematizadas informações contidas no cadastro patrimonial do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), bem como os dados coletados num trabalho de campo que envolveu o estudo de 148 propriedades espalhadas pelo município, cuja seleção foi resultado da aplicação de uma técnica de amostragem, a qual contou com a orientação de um profissional Estatístico.

No entanto, a consecução do trabalho extrapolou a simples coleta e sistematização desses dados, pois o município em questão é apenas uma pequena parte de um amplo contexto, que não só reclama a necessidade de entender as especificidades do modelo de desenvolvimento implantado e em curso no Brasil, mas também os desdobramentos da lógica capitalista dentro das particularidades que caracterizam a exploração agrícola.

Dessa maneira, o arcabouço teórico, construído ao longo de toda uma vida acadêmica, através do contato com bibliografias e troca de experiências com outros pesquisadores, permitiram interpretar a dinâmica presente na zona rural desse município. Uma dinâmica que revela-se, por exemplo, na variação da malha fundiária, que fez desaparecer 81% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares em pouco mais de 3 décadas, que expulsou mais de 70% da população residente no campo, que fechou mais de 63% dos postos de trabalho nesse mesmo período.

Essas mudanças, profundas no plano social, igualmente se fizeram acompanhar de alterações econômicas, as quais condicionaram e foram condicionadas por uma inversão no uso da terra, na paulatina expansão das pastagens e consequente refluxo dos cultivos agrícolas. É a perda das condições concretas de reprodução das famílias camponesas que ilustra este cenário de extinção de postos de trabalho, de local de existência social; são as condições impostas por novas conjunturas de mercado que levaram a ampliação da pecuária e redução ao mínimo dos cultivos agrícolas, sendo essa uma opção trilhada inclusive pelos pequenos proprietários, aqueles que tradicionalmente foram agricultores, mas que tiveram que redefinir a composição interna da sua unidade econômica.

Essas medidas foram adotadas a fim de reduzir os custos e os riscos da atividade, bem como minimizar os impactos da transferência crescente da renda tanto para o capital financeiro, representado pelos bancos, como para o capital industrial, das fábricas de máquinas e insumos, ou ainda para o capital comercial, dos atravessadores, que num passe de mágica, no intervalo que separa a roça da cidade, do mercado, agrega mais valor do que meses de trabalho. A opção pela pecuária é a opção por uma atividade de custos e riscos menores, mas que exige a soma de outras estratégias, para se preservar a terra da liberdade, da autonomia do trabalho.

É a conjuntura de mercado, a expectativa por ganhos maiores, que também vai levar parte dos grandes proprietários a banir a sua atividade tradicional, que sempre foi a pecuária e transferir suas terras para um grupo econômico do ramo sucro-alcooleiro.

Paradoxalmente, é essa empresa que vai infundir uma nova feição ao município, com a retomada dos cultivos, dessa vez não mais as roças diversificadas dos pequenos cultivadores, mas a monocultura da cana de açúcar, a qual aponta para uma inequívoca dinamização da zona norte do município, pelas próprias características da atividade extensiva que veio substituir.

¹ Geógrafa, Professora Assistente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina/Brasil. E-mail: lpaulino@onda.com.br

Implicações da estrutura agrária

Apesar de extensa área rural (ao todo o município possui 554 km²), apenas 4.919 pessoas se encontram no campo, o que corresponde a 2,9 % da população. Para entender esse esvaziamento, passemos a uma análise mais detalhada do comportamento da agricultura, bem como da evolução da estrutura agrária em escala nacional.

Pela inexpressiva urbanização, os primeiros 50 anos de existência do município são marcados pelo dinamismo econômica proveniente do campo. Nesse período, a agricultura caracterizou-se por ciclos comerciais, que implicaram no privilegiamento de uma cultura sobre as demais, cuja instabilidade de mercado invariavelmente selaram seu apogeu e decadência, com várias implicações negativas do ponto de vista sócio-econômico. Como exemplo podemos citar o ciclo do café, do algodão e posteriormente do amendoim.

Concomitantemente a esses cultivos, crescem paulatinamente as pastagens, havendo um deslocamento cada vez mais importante da população para o centro urbano, sendo que a primeira metade do século 20 sela um equilíbrio entre áreas agrícolas e de pastagens, o que mostra o decréscimo da primeira, ao mesmo tempo em que a população urbana se iguala em termos percentuais com a população rural, reflexo inequívoco da fragilização da agricultura.

A propagação das pastagens e encolhimento da área agrícola se refletem no intenso esvaziamento do campo da segunda metade do século, a ponto de encontrarmos, em 1996, apenas 4.919 pessoas residindo na zona rural. Para entender o descompasso entre população urbana e rural, faz-se necessário resgatar algumas variáveis, considerando-as dentro de um contexto estrutural e conjuntural em que, guardadas as especificidades, produzem esse cenário.

De ordem estrutural, vamos encontrar o problema da exacerbada concentração fundiária, de modo que em 1960, apenas 1,3% dos estabelecimentos possuíam mais de 100 hectares, embora ocupassem 30,5% da área do município. No outro extremo, 98,7% dos estabelecimentos tinham menos de 100 hectares, e a área ocupada era de 69,5%.

Nessa década, aceleram-se mudanças nas formas de acesso à terra, que até então eram, de maneira expressiva, regidas em bases de arrendamento e parceria, especialmente quando se trata dos pequenos estabelecimentos que, como vimos, constituíam-se em maioria absoluta no município.

Entre os fatores que atuaram no sentido de romper com essas formas alternativas de acessar a terra, podemos citar a redefinição de mercados, com a crescente valorização da pecuária, bem como a consolidação do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1964, o qual espalhou um temor generalizado entre os proprietários, quanto à possibilidade de terem problemas jurídicos em razão da moradia de famílias em suas propriedades com ausência de vínculos trabalhistas legais.

Aliadas a essas questões, as dificuldades crescentes enfrentadas pelos pequenos proprietários, como falta de apoio governamental, aumento dos custos e queda dos preços dos produtos agrícolas, levaram a uma relativa insolvência no campo, provocando a concentração do uso da terra e mesmo acentuando a concentração da propriedade.

No plano conjuntural, esses pequenos produtores que permaneceram no campo, somente resistiram por terem conseguido adequar a unidade produtiva a uma atividade de menos riscos, como é o caso da pecuária, o que implicou, por outro lado, na geração de mão de obra familiar ociosa, bem como no comprometimento da diversidade de cultivos que outrora era seu grande triunfo.

Pela vinculação dessa realidade com questões mais amplas, faz-se necessário extrapolar a análise, situando-a na perspectiva do tipo de capitalismo em curso no Brasil, no qual a propriedade concentrada da terra enquadra-se dentro daquilo que Martins (1994, p. 124), classifica como modelo rentista, pelo fato da acumulação se dar dentro do circuito da especulação e tributação social via renda da terra.

Neste modelo rentista, onde a manutenção da propriedade é uma forma de especular com a terra, torna-se marcante o seu caráter improdutivo, de semi ociosidade, o qual se reflete na baixa geração de empregos, já que não há o desenvolvimento de uma atividade econômica de acordo com o potencial das terras apropriadas.

Por outro lado, o mesmo impõe sérias limitações para as explorações familiares, que passam a um plano secundário nas políticas de fomento, já que no jogo das forças políticas, o aparelho de Estado encontra-se apropriado e orientado à defesa do modelo rentista.

São os próprios números oficiais que explicitam esta desproporcionalidade: segundo os dados do último censo agropecuário (1995/96), os pequenos estabelecimentos (com até 10 ha), representam 49,7% no conjunto da federação, embora ocupem apenas 2,2% do território brasileiro. Por outro lado, os grandes estabelecimentos (com mais de 1.000 ha) apesar de serem numericamente inexpressivos, representando apenas 1% no conjunto da federação, ocupam 45,1% das terras brasileiras.

O caráter de improdutividade/ociosidade das terras também está expresso no referindo censo: os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares são responsáveis pela geração de 80,8% dos postos de trabalho no campo, por 56% da oferta de produtos de origem vegetal e 67% da produção animal. Os grandes estabelecimentos, em contrapartida, geram apenas 4,2% dos empregos rurais, produzindo o equivalente a 21% da pecuária, considerando-se o valor da produção.

Entre outras coisas, essa gigantesca disparidade na distribuição e utilização das terras expressa um pacto tácito em manter inalteradas as estruturas de poder deste país. Outrossim, permite-nos questionar a suposta gestão progressista do governo Fernando Henrique Cardoso, profusa em discursos, mas insuficiente em ações concretas de reordenação fundiária. Como vimos, a grande propriedade cerceia as possibilidades de desenvolvimento deste país, pois além dos baixos índices de produção e de geração de empregos, apropria-se de 26% dos recursos destinados ao fomento da agropecuária, esquivando-se ainda de recolher o Imposto Territorial Rural, único imposto que recai sobre a propriedade da terra.

Portanto, essa realidade nos obriga a superar o pressuposto de que o modelo latifundiário/agro-exportador seria a grande fatalidade histórica a nos impor amarras. Sem pretender desconsiderar os desdobramentos da orientação colonialista, faz-se necessário admitir a consolidação de um modelo *sui generis* dentro do capitalismo, no qual a concentração fundiária revela não só a orientação institucional para a exploração empresarial da terra, em detrimento da agricultura familiar, mas também um modelo essencialmente rentista, para o qual a concentração fundiária não representa um entrave para a acumulação de capital.

Assistimos, desse modo, à construção de outra via de acumulação, concretizada fora dos circuitos produtivos, através da apropriação da renda da terra. Essa renda, em geral, é retirada dos trabalhadores autônomos do campo que não conseguem livrar-se da interferência dos comerciantes, os quais subestimam o valor das suas colheitas, para superestimá-las pouco depois, quando colocadas à disposição do consumidor final.

Há ainda a renda auferida com a especulação, que tem sido viabilizada pelas vantagens que um título de propriedade confere, especialmente vantagens fiscais, dada a baixa incidência de tributação sobre a terra. Se considerarmos outro momento, especialmente as décadas de 60 e 70, os incentivos fiscais constituíram-se num grande fator de formação de capital, levando proeminentes grupos industriais e financeiros a entrarem na corrida por títulos de propriedade.

É a concretização dessas vias de acumulação que revela o êxito da aliança terra/capital, celebrada na segunda metade deste século. Assim, diferentemente do que supunha uma parte da esquerda, o capital, ao invés de combater o caráter conservador e excludente da estrutura fundiária brasileira, a ele se aliou, minando a expectativa da aliança trabalhadores/burguesia contra a oligarquia agrária que, naquele momento, comparecia, na ótica dos primeiros, como o grande entrave à dinamização do mercado interno de consumo e, conseqüentemente, da expansão capitalista.

A consolidação do modelo rentista revela, desse modo, a percepção da elite de que, juntamente com a redistribuição das terras, caminhará a democratização da sociedade, impondo um novo ritmo de acumulação, que poderia ser incompatível com suas metas traçadas.

Protelada a reestruturação fundiária, as contradições tornaram-se mais agudas, especialmente em razão do pacote político/tecnológico estendido ao campo, que foi modelado segundo as necessidades da exploração empresarial monocultora, em detrimento da agricultura familiar. Esta, na falta de um modelo alternativo, coerente com sua estrutura organizacional, ingressa em posição de desvantagem no processo de "modernização conservadora".

Um dos desdobramentos dessa orientação política é a dependência crescente dos pequenos produtores para com insumos e máquinas que, muitas vezes, não são compatíveis com tais estruturas produtivas, com implicações do ponto de vista ambiental e social. Se o fim proposto era a viabilização de um mercado consumidor de insumos e equipamentos agrícolas, de um lado, e o aumento da produtividade, de outro, não há dúvida que os objetivos foram atingidos, mas resultaram numa significativa desestruturação da base familiar de produção, com a eliminação de postos de trabalho e aumento progressivo dos custos de produção.

Essas variáveis, somadas ao ajuste de mercado a uma estrutura oligopolizada/monopolizada foram minando as condições concretas de reprodução de famílias camponesas, que acabaram expulsas ou expropriadas, migrando em massa para os centros urbanos.

Entretanto, isso não significa admitir a consolidação da “via prussiana” para o campo brasileiro, onde estaria em curso um processo inexorável de proletarização: nada menos exato. Trata-se da expressão das contradições de um modo de produção que, ao assumir feições rentistas, privilegia o monopólio fundiário e a exploração capitalista da terra, mas sem destruir agentes de uma lógica distinta, recriando assim o trabalho familiar camponês.

Pode-se apreender duas concepções distintas na apropriação e exploração da terra: de um lado, temos o que Martins (1981) classifica de “terra de negócios”, cuja manutenção não tem por objetivo básico a produção, mas sim a especulação. Por ser uma terra de negócios, ela também se insere no circuito produtivo, porém em circunstâncias específicas, quando potencialmente pode proporcionar lucro e renda.

Por outro lado, há o que este autor classifica de “terra de trabalho”, ou seja, a terra da família camponesa, seja portadora ou não de um título de propriedade. Essa forma de explorar a terra possui características próprias, aparentemente contraditórias, pois há uma fusão entre propriedade dos meios de produção e força de trabalho. Assim, essa é uma classe peculiar, pois apesar de viver do próprio trabalho não é operária; mesmo sendo proprietária dos meios de produção não é burguesa, pois não se apropria de mais valia. Pela natureza distinta dessas duas formas de apropriação da terra, há um embate permanente, uma necessidade constante de ambas criarem estratégias para ampliar seus domínios, ou mesmo preservá-los.

Cumprido salientar que o camponês difere do proprietário que visa exclusivamente à renda da terra. Distingue-se também dos demais proprietários dos meios de produção, pois opera com a lógica da sobrevivência, não sendo movido pela expectativa de renda ou lucro: ao buscar a sua sobrevivência, dentro da lógica de preservação da autonomia do trabalho, atua em condições peculiares.

É a lógica da sobrevivência que torna a produção camponesa menos onerosa que a capitalista, a qual pressupõe a extração da renda e do lucro. Ao ser movida pela expectativa de ganho básico, permite a transferência da renda a setores do capital comercial que intermedeiam a relação produtor/consumidor, bem como à sociedade inteira que consegue obter alimentos a preços mais baixos. No entanto, os alimentos baratos interessam especialmente aos capitalistas, pois a grande finalidade dos salários é a reprodução da mão de obra. Assim, quanto menos dispendioso os gastos com alimentação, mais os salários podem ser achatados, resultando na apropriação dimensionada da mais valia social.

São essas nuances que explicam a perfeita coexistência entre camponeses e capitalismo. Dessa forma, a premissa do desaparecimento dessa classe desconsidera a importância da intercomplementaridade citada, no atual estágio das forças produtivas. Para entendê-la, torna-se imperioso admitir que a recriação de trabalhadores, proprietários dos meios de produção, é apenas mais uma das contradições desse modo de produção.

Salientamos, todavia, que a unidade camponesa não comporta exclusivamente trabalhadores autônomos. Esporadicamente, trabalhadores são contratados com a função de complementar da mão-de-obra familiar, especialmente nos momentos de pico da atividade agrícola, como a colheita, que requer um número maior de braços.

Outrossim, a unidade camponesa não é descaracterizada quando seus membros vendem a força de trabalho, em caráter temporário, por força da conjuntura. Essas situações podem até mesmo ser vantajosas, quando o trabalho externo implica em ganhos maiores, permitindo um incremento de capital e conseqüente melhoria do potencial produtivo da unidade (Chayanov, 1974). Assim, é a conservação dos meios de produção que garante a reprodução da família camponesa, pois quando as circunstâncias externas são desfavoráveis, ela tem condições de sobreviver, mesmo piorando o nível de bem estar.

Em virtude de sua inserção em um modo de produção altamente dinâmico, essa classe sofre constantes modificações. É a necessidade e a capacidade de adequar-se às novas circunstâncias impostas pela relação mercantil que suscita rearranjos e permite diferenciações internas. A diferenciação, resultante do enriquecimento de alguns camponeses e do empobrecimento de outros, expressa a estreita ligação com

o mercado, que continuamente transforma camponeses em não camponeses, seja através do aburguesamento, seja através da proletarização.

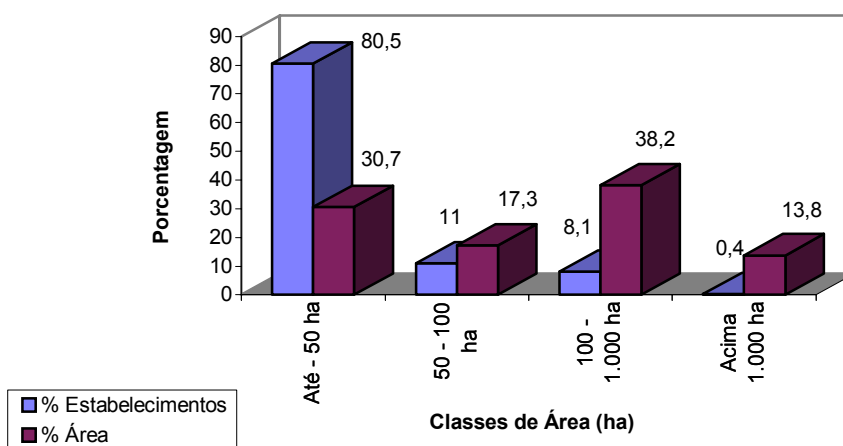
Nesse movimento, outros não vêm modificada sua condição de classe, mas modificam as estratégias de acordo com as demandas impostas pelo mercado. Isso está explícito em Presidente Prudente, considerando as alterações das últimas décadas.

É com vistas ao desvendamento desses processos que partimos para a análise dos dados apresentados pelo IBGE, no período de 1960 a 1996.²

Conforme já se fez referência, esse período foi marcado por exacerbada concentração fundiária, visto que desapareceram 1.474 estabelecimentos, todos com área inferior a 50 hectares, representando a transferência de 12.596 hectares para os estabelecimentos maiores. São os próprios dados censitários que mostram a dimensão desse processo: o Censo Agropecuário de 1996 registrou a existência de 911 estabelecimentos, indicando que o número dos que resistiram é bem menor do que aqueles que desapareceram.

Embora o fenômeno de concentração seja um dado inequívoco, em termos numéricos, as pequenas unidades econômicas ainda se constituem em maioria, de modo que em 1996, 733 estabelecimentos, que representam 80,5% no universo considerado, possuem área inferior a 50 hectares. Por outro lado, apenas 8,4% dos estabelecimentos possuem, individualmente, mais de 100 hectares, embora se apropriem de 52% das terras do município. (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Presidente Prudente - estabelecimentos e respectivas áreas - 1996



Fonte: IBGE: Censo Agropecuário 1996

Como podemos observar, há uma grande desproporcionalidade na distribuição das terras, já que a menor classe de área, embora compreenda mais de 80% dos estabelecimentos, fica com pouco mais de 30% das terras do município e no outro extremo, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, apesar da inexpressividade numérica (0,4%), apropriam-se de quase 14% da área municipal.

² O recorte cronológico adotado deve-se à definição da área do município após sucessivos desmembramentos.

Esse quadro fundiário torna-se mais caótico se levamos em conta os processos subjacentes à realidade atual, pois num lapso de tempo de 36 anos, resistiram apenas 38,2% das unidades econômicas. Essa é a expressão contundente do fenômeno de expulsão e de expropriação vivenciados pelo município. Para entendê-los, a princípio, partiremos para uma necessária conceituação, recuperando os devidos contextos, a fim de esclarecer as diferenças.

Expulsão refere-se ao impedimento do acesso à terra e atinge unicamente os cultivadores que não possuem um título de propriedade. Essa categoria de trabalhadores era significativa em Presidente Prudente, em decorrência das formas iniciais de ocupação, visto que os grandes proprietários estabeleceram as mais diversas formas de contrato para obter a derrubada das matas e formação das pastagens.

Na falta de terras próprias para cultivar, os camponeses sujeitavam-se à condição de parceiros, arrendatários etc., mudando sistematicamente suas roças, à medida que venciam os contratos. Esses, se por um lado, viabilizavam a reprodução do trabalho familiar, propiciavam também a formação das pastagens, sem que os fazendeiros tivessem que despende o mínimo de capital. Além disso, permitiam a apropriação da renda, seja em dinheiro, seja em produto, cobrada dos cultivadores pelo período em que ocupavam a terra.

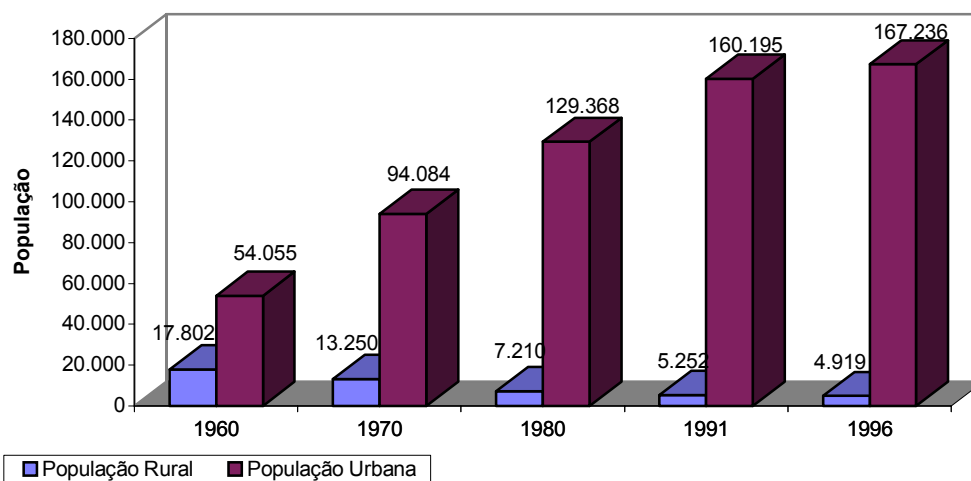
A expansão das pastagens foi pouco a pouco limitando as áreas de cultivo, já que os arrendamentos eram uma concessão em troca da formação de pastos: à medida que escasseavam as áreas de interesse, os arrendamentos foram se tornando inviáveis aos camponeses desprovidos de terra.

Concomitantemente, foram aprovadas leis que estendiam direitos trabalhistas ao campo, implicando em custos até então inexistentes para os proprietários, dada a informalidade dos acordos e contratos firmados com os camponeses ocupantes de suas terras. A fim de evitar brechas que pudessem resultar em demandas trabalhistas, optou-se pela expulsão maciça destes.

Quanto à expropriação, refere-se à perda da terra por pessoas que detêm a sua propriedade jurídica. Em Presidente Prudente, esse fato também é marcante, e somente pode ser entendido dentro de um contexto onde a pequena propriedade sofreu intensamente a falta de políticas agrícolas coerentes com suas necessidades.

Isso resultou num processo de descapitalização de muitos agricultores que perderam ou optaram por vender suas terras, mudando-se para a cidade em busca de empregos urbanos, fato que pode ser verificado, inclusive, através da distribuição entre população urbana e rural no período considerado. (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Presidente Prudente - população urbana e população rural -1960 a 1996

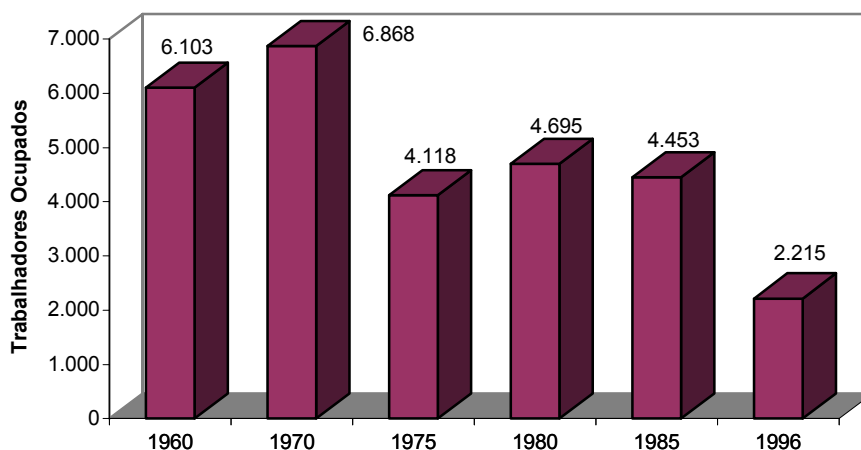


Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Nesse contexto em que o histórico problema da concentração fundiária agravou-se em demasia, vemos condicionantes concretas para o processo de migração verificado. No entanto, há outras questões subjacentes a essa realidade que devem ser aclaradas, para que se possa compreender a dimensão das mudanças sofridas pelo município, que afetaram inclusive a zona urbana, ponto de chegada do fluxo migratório.

Ao associarmos o esvaziamento do campo a uma situação estrutural, em que a ausência de políticas agrícolas e concentração da propriedade concorrem para a inviabilidade da produção familiar camponesa, temos que admitir a omissão do Estado, que no caso específico de Presidente Prudente, não desenvolveu programas para conter esse processo migratório, alimentado também pelo fechamento de postos de trabalho, como podemos verificar no gráfico 3.

Gráfico 3 - Presidente Prudente - postos de trabalho gerados pela agropecuária -1960 a 1996



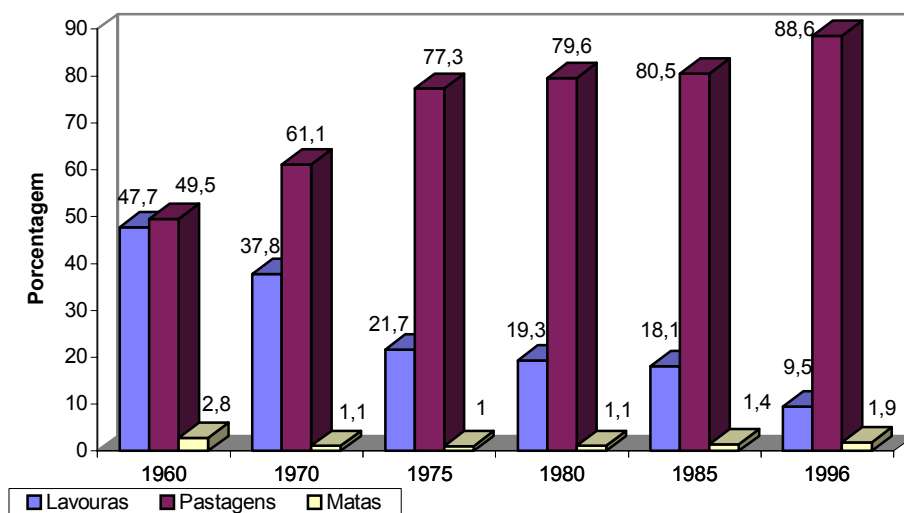
Fonte: IBGE - Censos Agrícola e Agropecuário

Nessa sociedade de classes, regida pela divisão entre meios de produção e força de trabalho, a negação ao emprego básico representa a negação à cidadania e a exclusão completa do indivíduo. Dado o estágio de desenvolvimento tecnológico, em que o aumento da produtividade, em escala global, tem implicado na redução progressiva dos postos de trabalho, o desemprego urbano comparece como o grande espectro da classe trabalhadora, afetando a todos, independente do nível de qualificação. Sem intentar entrar no mérito da natureza da ocupação rural, a eliminação de postos de trabalho traz graves consequências sociais, especialmente nesta conjuntura em que o modelo tecnológico em curso, ao invés de empregar, está desempregando pessoas.

O fato de Presidente Prudente ser uma cidade com poucas indústrias, onde a maior parte dos empregos relaciona-se ao setor de serviços, torna dramática esta situação em que o campo deixa esgotar a sua imensa capacidade de gerar, através do trabalho familiar, ocupação, moradia e renda, enfim, condições dignas de sobrevivência.

É notório que essa situação decorre de uma série de variáveis inter-relacionadas, divisíveis entre si somente para efeito de análise. O uso da terra, no período considerado, também comparece como uma delas e, tal como as demais, atuou como elemento que modifica e é modificado pela dinâmica da realidade. (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Presidente Prudente - uso da terra - 1960 a 1996



Fonte: IBGE - Censos Agrícola e Agropecuário

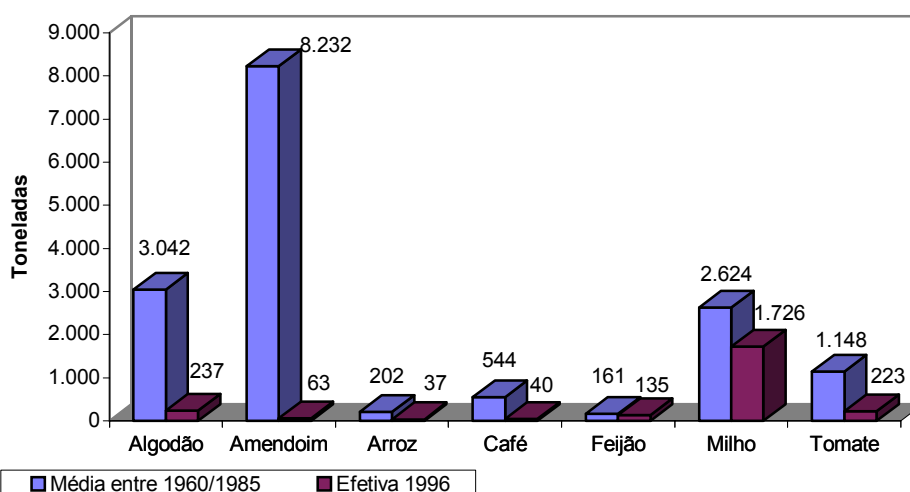
O gráfico 4 mostra a relação inversamente proporcional entre retração das lavouras e expansão das pastagens no período, indicando haver uma íntima relação entre uso da terra e densidade ocupacional. Ou seja, à medida que se ampliaram os pastos, diminuíram os postos de trabalho.

Essa relação também é decorrente de uma situação em que, os arrendatários, parceiros, enfim, os pequenos cultivadores foram aliados da terra, sendo o interesse na formação gratuita das pastagens a condição para a existência da policultura por eles desenvolvida. Formadas as grandes unidades pecuárias, eles perderam o seu papel no sistema produtivo, desaparecendo juntamente com grande parte das áreas cultivadas.

Some-se a este fator a situação desfavorável de mercado, com o aumento progressivo dos custos de produção, a queda dos preços dos produtos agrícolas e a voracidade dos atravessadores, que também fizeram refluir a atividade agrícola desenvolvida pelos pequenos produtores.

Nessa ordem, a perda da participação do município na produção de alimentos de origem vegetal foi extremamente significativa. A fim de melhor explicitar a velocidade do fenômeno, que se torna contundente nesta última década, optamos por organizar os dados de forma a considerar a média da produção no período de 1960 e 1985, contrapondo a esta, a produção efetiva de 1996. (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Presidente Prudente - variação da produção agrícola - 1960 a 1996



Fonte: IBGE - Censos Agrícola e Agropecuário

Cumprе salientar que a queda da produção agrícola apresenta uma face paradoxal, pois nesse mesmo período houve uma mudança qualitativa nas formas de produzir, com a aquisição crescente de maquinários e insumos artificiais. A inversão das técnicas de produção, com a priorização da mecanização, traduz uma ambigüidade, se considerarmos que as pastagens no município³ ficam anos sem reforma, apresentando assim uma demanda muito pequena no que diz respeito à força motriz. Assim, é a agricultura que mais implica em sua utilização, mas como já demonstramos, houve uma redução drástica das áreas de cultivo, o que atualmente expressa um dado inquestionável: a ociosidade das máquinas.

Se por um lado a ociosidade das máquinas representa um custo para os agricultores, cujas mudanças de conjuntura tornaram desvantajosa a posse de instrumentos voltados a uma atividade que ora se encontra em refluxo, o mesmo não se aplica aos fabricantes, cuja lógica se traduz no ideal da modernização, de quanto mais consumidores melhor, independentemente da relação custo/benefício.

Isso nos incita a refletir sobre o modelo de desenvolvimento agrícola aceito, o qual exalta a mecanização, mas não desenvolve demandas à altura. Temos, dessa maneira, o que poderíamos chamar de inversão de necessidades, pois a agricultura exige muito menos máquinas do que os fabricantes querem e, efetivamente, vendem.

No entanto, é nesse exercício de criar mercados, de forma muitas vezes artificial, que os fabricantes conseguem permanecer no circuito da reprodução ampliada do capital, através da extração da renda do segmento de consumidores dessas mercadorias. E isso também se torna particularmente evidente no consumo de insumos artificiais para a agropecuária que, em pouco mais de duas décadas, apresentou um crescimento extraordinário, levando-se em conta a relação uso da terra/demanda.

Essa é a expressão da relação predatória com o meio ambiente, que dialeticamente produz e é produto dessa lógica, cujo modelo tecnológico garante lucros de grande monta, mas também prejuízos irreparáveis, sendo os lucros privatizados e os prejuízos socializados.

Em Presidente Prudente, esses prejuízos são visíveis, não só no que diz respeito às perdas ambientais, visto que a degradação atinge um ponto crítico, mas também sociais, em que a necessidade crescente de utilizar insumos artificiais na agropecuária, para corrigir os problemas de manejo inadequado, resulta na descapitalização progressiva dos produtores, ou seja, na transferência de renda para o segmento de capitalistas envolvidos na produção desses paliativos. Note-se que esse também acaba se tornando um custo social, pois o encarecimento da produção acaba se refletindo no preço final dos alimentos.

Portanto, é inegável que o modelo de desenvolvimento privilegia a acumulação de capital, gravitando em seu redor as demais variáveis. Nesse modelo, a omissão do Estado não poderia ser mais explícita, pois o quadro de desestímulo à policultura resulta sobretudo de uma política agrícola enviesada, cujo papel regulador se dilui no descompasso entre custos de produção, preço final das colheitas e vias intermediárias de extração de renda.

³ Lembrando que no município essa atividade é eminentemente extensiva.

No entanto, não se pode dissolver a questão agrária nessa generalidade, em que supostamente os efeitos seriam idênticos a todos os estratos de produtores, pois é sabido que existem mecanismos de minimizar os impactos negativos dessa orientação, os quais se acham profundamente imbricados no modelo rentista já tratado anteriormente.

Dessa maneira, a questão pode ser avaliada sob dois ângulos distintos: de um lado, refere-se à policultura, atividade quase que exclusiva dos produtores familiares, que a despeito da sua importância no volume da produção de alimentos, não se constitui em alvo de políticas públicas efetivas. De outro, temos os favorecimentos inerentes à atividade principal, o negócio de que nos fala Caio Prado Junior (1981), definido a partir de uma variável quantitativa (terras), expressa inclusive no poder de barganha dessa classe, cuja representação política é majoritária nas esferas do poder.

Nesse cenário, em que o conflito de interesses é inequívoco, as perdas mais representativas couberam aos pequenos produtores, que viram a sua atividade principal, a agricultura, em grande medida inviabilizada. Com isso, verificou-se um fenômeno que, ao criar uma massa de migrantes, originou também o seu contrário, ou seja, a resistência, advinda da capacidade de adequar-se a uma nova situação de mercado, ora favorável à pecuária.

Com a substituição dos cultivos pelo rebanho bovino, torna-se evidente a queda progressiva da importância da agropecuária para a economia local. Enquanto que em 1985, essa atividade participava com 11,8% do valor adicionado, em 1992 sua participação foi de apenas 2,5%.⁴

Desse modo, é à pecuária que atualmente a exploração camponesa se dedica, pois para resistir, teve que transformar os cultivos em atividade secundária, destinando a eles apenas uma pequena parte de suas terras. A opção pelo gado foi motivada pela necessidade de recorrer a uma atividade de baixos custos e riscos menores. Essa, apesar de não permitir abastança monetária, garante a propriedade dos meios de produção, a condição para a autonomia do trabalho.

Entretanto, houve alterações profundas na organização interna das unidades familiares, que tiveram que se readaptar a uma atividade cuja marca principal é a baixa demanda por mão-de-obra. Associada a problemas estruturais, como a escassez de terras, esse fato acabou forçando a saída de parte dos filhos, que viram no trabalho urbano uma alternativa de sobrevivência.

Isso nos permite retornar à questão das estratégias postas em prática pela unidade familiar camponesa para resistir a uma conjuntura desfavorável. Nesse caso, a opção aceita foi tornar o quadro de mão-de-obra familiar residente compatível com os ganhos proporcionados pela unidade.

Outrossim, devemos salientar que a iminência da expropriação levou a uma mudança histórica na preocupação com a educação formal dos filhos. Desse modo, diferentemente do que pensaram seus pais, os camponeses que hoje estão na terra perceberam que a escola é um instrumento de inclusão de seus filhos no meio urbano.

Assim, muitos desses jovens partiram qualificados ou semi-qualificados para o mercado de trabalho, sendo que em pesquisa de campo, pudemos notar que 8,1% possuem curso superior completo, 16,9% concluíram o segundo grau e 44,2% cursaram, no mínimo, o primeiro grau, atingindo índices muito próximos do que se observa entre a população urbana.

Se a capacidade de rearranjo foi um dos trunfos da exploração camponesa ante a dinâmica da realidade, o mesmo pode ser dito das unidades capitalistas, especialmente das grandes propriedades que, neste momento, passam igualmente por uma mudança estrutural, a fim de melhorar suas possibilidades de ganho.

Enquanto que a estratégia da primeira passa pela implementação da pecuária, o mesmo não se aplica aos grandes fazendeiros que, historicamente, basearam a atividade econômica na pecuária extensiva de corte, com baixa oferta de mão de obra e mesmo baixa rentabilidade. Durante décadas, a viabilidade econômica de sua atividade sustentou-se no fator quantidade, isto é, a abundância de terras lhes permitiu criar gado com baixos níveis de investimento.

Contudo, a partir de 1995, surge a possibilidade de arrendarem as terras, não mais em pequena escala e como recurso para obterem a reforma gratuita das pastagens, mas para um grupo capitalista ligado ao setor sucro-alcooleiro que, ao instalar uma usina de açúcar e álcool no município, exatamente na região das grandes fazendas, passou a requerer grandes porções de terra para o plantio da cana-de-açúcar.

Considerando que a lógica que move a empresa capitalista é a possibilidade de extrair tanto o lucro quanto a renda, chegamos a um dado inequívoco: predominava o caráter semi-improdutivo nas terras

⁴ Conf. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. In: Plano Diretor de Presidente Prudente, 1994.

anteriormente ocupadas com a pecuária, pois a disposição em arrendá-las decorre da possibilidade de obter rentabilidade maior do que obtinham enquanto pecuaristas. Ao mesmo tempo, o montante a ser pago em renda, pela empresa, não compromete os princípios da renda e lucro enquanto motor da exploração capitalista da terra, significando assim que esse valor é relativamente baixo, levando-se em conta a exploração potencial da terra.

Isso nos permite retornar ao pressuposto da terra de negócio, onde a exploração parcial, como é o caso da pecuária extensiva, recebe o rótulo de "propriedade produtiva", o qual implicitamente ratifica o cumprimento da função social da mesma, até o momento em que transações consideradas vantajosas justifiquem inclusive o encerramento da atividade econômica e a transferência de domínios.

No desfazer dos mitos, a mesma realidade, ou seja, a emergência da grande empresa confirma o caráter de terra de trabalho da família camponesa, para a qual o arrendamento não se apresenta como alternativa, já que o aproveitamento econômico sempre foi condição de sobrevivência, não se encaixando, portanto, na mesma equação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a atividade sucro-alcooleira é implementada na região de maior concentração fundiária do município, historicamente pouco importante do ponto de vista da geração de divisas, seja através da produção, seja dos postos de trabalho, dado o caráter extensivo da pecuária, é indiscutível o efeito dinamizador que a instalação da usina representa para o município, não só pela geração de tributos, mas também pelo volume de mão de obra a ser empregada.

Porém, não ousamos entrar no mérito da qualidade dos empregos oferecidos, já que a maior parte deles é de caráter temporário e precário. Negar o alcance social de toda atividade capaz de gerar ocupação, neste momento em que a exclusão do mercado de trabalho é a exclusão do direito à cidadania, seria um contra-senso. Porém, mais insensato ainda é não atentar para uma realidade que salta aos olhos e nos obriga a refletir sobre o modelo fundiário que está na gênese dessa exclusão. Esse modelo penaliza o trabalho familiar, de um lado, para permitir de outro a manutenção, seja da terra improdutiva ou da exploração monocultora, que a torna uma terra parcial, a qual sacia temporariamente necessidades permanentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. censos agrícola e agropecuário (1950, 1960, 1970, 1975, 1985, 1995/96). Rio de Janeiro: IBGE.
- CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- MARTINS, José de S. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12, 1994, Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: IGCE, 1994. p. 24-51.
- PAULINO, Eliane T. O limite das cercas: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente. FCT/UNESP, 1997. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista, 1997.
- PRESIDENTE PRUDENTE. Prefeitura Municipal. Plano Diretor de Presidente Prudente. Presidente Prudente: PMPP, 1994. 5 v.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SHANIN, Teodor. A definição do camponês: conceituação e desconceituação - o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.